



Município de Leiria
Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2022/09/06

Unidade Orgânica responsável pela deliberação | GABINETE DE APOIO PRESIDENCIA

Epígrafe | Informação económica e financeira semestral prestada pelo auditor externo

Proposta | Presente a informação económica e financeira referente ao 1.º semestre de 2022, do Município de Leiria, prestada pelo auditor externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual [Anexo - Município Leiria (Informação 1.º S_2022)].

Deliberação | A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação económica e financeira do Município de Leiria, referente ao 1.º semestre de 2022, prestada pelo auditor externo, **deliberou por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores Álvaro Madureira, Daniel Marques e Branca Matos:

- a) Remeter a referida informação à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;
- b) Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a presente deliberação em minuta, para que a mesma possa produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos previstos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

A presente deliberação foi aprovada em minuta.

O Senhor **Vereador Álvaro Madureira** disse que os eleitos do PSD votavam contra face a posições anteriormente tomadas.

Sandra Cristina Ferreira Almeida Reis
TÉCNICO SUPERIOR
07-09-2022

Assinatura Digital Certificada 1

Gonçalo Nuno Bertolo Gordalina Lopes
PRESIDENTE
07-09-2022

Assinatura Digital Certificada 2



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
 JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
 CARLOS MANUEL GREENHA
 JOÃO CARLOS CRUZEIRO
 PEDRO MIGUEL MANSO
 MARIA BALBINA CRAVO
 OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Exm^{os}. Senhores

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LEIRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 1.º SEMESTRE DE 2022 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao primeiro semestre de 2022 do **MUNICÍPIO DE LEIRIA** (*Município*).

Como o *Município* não está obrigado a elaborar e a apresentar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), os trabalhos realizados tiveram como suporte o Balancete Analítico Acumulado a 30 junho, assim como os mapas de execução orçamental por ele preparados.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do *Município*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados da entidade.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em emitir a informação sobre a situação económica e financeira, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

ÂMBITO

Os procedimentos executados, não constituem uma auditoria nem um exame simplificado feito de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ou Normas Internacionais de Exame Simplificado, e consequentemente, não será expressa uma opinião com segurança aceitável ou moderada.

Ainda assim, os trabalhos executados foram efetuados de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira – análise de contas de resultados, de balanço e de rácios;
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
 - Despesa
 - Receita
 - Equilíbrio orçamental
 - Indicadores orçamentais
 - Plano plurianual de investimentos
- C. Nível de endividamento;
- D. Contratação pública
- E. Sistema de Controlo Interno
- F. Contabilidade de gestão
- G. Acompanhamento das situações evidenciadas na certificação legal das contas de 2021; e
- H. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

O trabalho consistiu, entre outros, em indagações e procedimentos analíticos, bem como em testes substantivos às transações não usuais de maior significado.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

A. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A.1. ANÁLISE DAS CONTAS DE RESULTADOS

Gastos e Rendimentos	30 de junho 2022		30 de junho de 2021		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Transferências e subsídios concedidos	4 605 705,05	11,65%	4 823 986,21	13,63%	-218 281,16	-4,52%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	298 128,77	0,75%	406 503,83	1,15%	-108 375,06	-26,66%
Fornecimento e serviços externos	15 305 069,77	38,70%	11 875 319,75	33,55%	3 429 750,02	28,88%
Gastos com pessoal	11 052 018,73	27,95%	10 227 139,24	28,90%	824 879,49	8,07%
Gastos de depreciação e de amortização	6 838 374,57	17,29%	7 556 413,13	21,35%	-718 038,56	-9,50%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos	1 145 187,79	2,90%	170 815,83	0,48%	974 371,96	570,42%
Gastos por juros e outros encargos	301 593,85	0,76%	333 440,59	0,94%	-31 846,74	-9,55%
TOTAL	39 546 078,53	100,00%	35 393 618,58	100,00%	4 152 459,95	11,73%
Rendimentos						
Impostos, contribuições e taxas	7 529 593,74	26,52%	7 715 795,86	34,10%	-186 202,12	-2,41%
Vendas	9 232,14	0,03%	4 053,90	0,02%	5 178,24	127,73%
Prestações de serviços e concessões	2 409 236,80	8,48%	897 838,52	3,97%	1 511 398,28	168,34%
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	15 619 085,64	55,01%	11 806 459,39	52,17%	3 812 626,25	32,29%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos	2 822 953,62	9,94%	2 198 205,20	9,71%	624 748,42	28,42%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4 541,08	0,02%	6 368,47	0,03%	-1 827,39	-28,69%
TOTAL	28 394 643,02	100,00%	22 628 721,34	100,00%	5 765 921,68	25,48%

Os gastos e rendimentos acima referidos devem ser analisados considerando os efeitos que poderão existir tendo em conta que não resultam de um processo integral de fecho de contas intercalares, como já referido na Introdução desta informação. De referir que o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do Balancete que serviu de base a este trabalho, pelo que a análise dos gastos e rendimentos registados no primeiro semestre deve ter esse facto em conta.

Da análise efetuada aos gastos relativa ao primeiro semestre de 2022, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso são *Fornecimento e serviços externos* (38,70%) e *Gastos com pessoal* (27,95%).
- O aumento da rubrica *Fornecimento e serviços externos* resulta essencialmente do aumento generalizado de preços, aliado ao desconfinamento e ao retorno da normalidade no que diz respeito à realização de eventos promovidos pelo *Município*, sendo de destacar as seguintes situações:
 - i. *Rendas e Aluguers* com um aumento no montante de 902.883 euros. Os eventos com maior impacto são a Feira de Maio, a *Final Four* e a Feira Medieval, os quais, devido à situação pandémica não se realizaram no ano transato, e que têm associados gastos com aluguer de equipamento: tendas, WC's e etc. ematerial de transporte. Acresce ainda o aluguer de máquinas para limpeza da Ribeira da Carreira.
 - ii. *Outros subcontratos ou concessões*, a variação face ao período homologo, no montante de 714.184 euros, decorre essencialmente de:
 - ❖ em 2021, cerca de 2 meses do período escolar não houve despesa com refeições e acompanhamento, pelo facto de estarem em ensino à distância (aulas a partir de casa), sendo que em 2022, e até à presente data o período escolar decorreu normalmente.
 - ❖ aumento generalizado de preços das refeições escolares, e acompanhamento dos serviços de refeições;
 - iii. *Outros serviços especializados*, comparativamente ao primeiro semestre de 2021, registou um aumento de 528.820 euros, o qual se deve essencialmente ao aumento dos preços e retoma da atividade;
 - iv. *Água*, a variação ocorrida nesta rubrica resulta essencialmente do facto das faturas referentes a outubro, novembro e dezembro de 2021, terem sido registadas em gastos de 2022 e os Serviços ainda não terem efetuado a sua regularização na respetiva conta de acréscimos de gastos.

- A variação ocorrida na rubrica *Outros gastos*, face ao período homologo, deve-se fundamentalmente à alteração de classificação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), faturada pela Valorlis, que anteriormente estava registada na conta 62.1.7.1 e agora se encontra registada na conta 68.1.3, de forma a obter o apuramento de custos separados com a TGR.
- O aumento na rubrica *Gastos com pessoal*, deve-se à entrada de novos trabalhadores para ocupação dos postos de trabalho previstos, essencialmente assistentes operacionais.

Da análise efetuada aos rendimentos relativos ao primeiro semestre de 2022, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso são Transferências e subsídios correntes obtidos (38,70%) e Impostos, contribuições e taxas (26,52%).
- Na rubrica Transferências e subsídios correntes obtidos verificou-se um aumento face ao período homologo, que se refere maioritariamente a:
 - i. Acordo de mutação dominial da EN 109 e EN 109-9, no montante de 2.052.000 euros;
 - ii. Candidatura "apoio a despesas decorrentes do combate à pandemia da doença de covid-19", no montante de 649.961 euros;
 - iii. Protocolo entre a ROCA e *Município*, para a reformulação do acesso à EN1/IC2, na zona das instalações fabris e vias adjacentes, no valor de 125.000 euros.
- O aumento da rubrica Prestações de serviços e concessões está relacionado com a receita dos serviços culturais, desportivos, mercados e feiras decorrentes do retorno à normalidade no que diz respeito à realização de eventos promovidos pelo Município, bem como à não restrição de utilização (abertura ao público após pandemia COVID-19) de espaços desportivos e culturais.
- Na rubrica Outros rendimentos o aumento verificado, deve-se principalmente ao facto de em 2022 ter sido recebido o valor referente à renda de concessão da EDP do 2º trimestre, no entanto em 2021 apenas foi recebido no 2º semestre.

A.2. ANÁLISE DAS CONTAS DE BALANÇO

Descrição	Saldo		Variação	
	30/06/2022	31/12/2021	Δ absoluta	Δ %
Caixa	8 394	720	7 674	1065%
Depósitos à ordem	44 133 432	40 869 474	3 263 958	8%
Outros depósitos bancários	2 418 043	2 357 730	60 312	3%
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados				
<i>Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos</i>	2 197 795	3 612 545	-1 414 750	-39%
<i>Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos</i>	47 160	-4 003 331	4 050 491	-101%
Clientes	675 567	893 157	-217 590	-24%
Fornecedores	-860 815	-643 142	-217 673	34%
Pessoal	-81 587	-79 886	-1 701	2%
Estado e outros entes públicos	-82 866	237 131	-319 997	-135%
Financiamentos obtidos	-15 538 792	-16 628 609	1 089 817	-7%
Outras contas a receber e a pagar				
<i>Fornecedores de investimentos</i>	-63 361	-266 804	203 443	-76%
<i>Outras contas a receber</i>	18 582 766	34 071 694	-15 488 928	-45%
<i>Outras contas a pagar</i>	-6 901 627	-7 038 900	137 274	-2%
Diferimentos				
<i>Gastos a reconhecer</i>	280 084	4 358 469	-4 078 385	-94%
<i>Rendimentos a reconhecer</i>	0	-10 370	10 370	-100%
Provisões	-3 230 460	-3 230 460	0	0%
Mercadorias	5 130	1 795	3 335	186%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	583 193	612 949	-29 756	-5%
Produtos e trabalhos em curso	-399	0	-399	0%
Investimentos financeiros	6 236 236	6 236 236	0	0%
Propriedades de investimento	1 317 320	812 814	504 507	62%
Ativos fixos tangíveis	243 300 424	249 167 852	-5 867 428	-2%
Ativos intangíveis	382 219	418 627	-36 408	-9%
Investimentos em curso	72 197 593	62 853 661	9 343 932	15%
Capital	-106 646 634	-106 646 634	0	0%
Reservas	-27 317 521	-39 284 990	11 967 469	-30%
Resultados transitados	-144 877 265	-134 482 769	-10 394 497	8%
Ajustamentos em ativos financeiros	-150 243	-150 243	0	0%
Excedentes de revalorização AFT e AI	-61 791	-61 791	0	0%
Outras variações no património líquido	-97 703 430	-83 571 766	-14 131 664	17%

Da análise efetuada às contas de Balanço, relativas ao primeiro semestre de 2022 face a 31 de dezembro de 2021, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- *Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis*: a variação diz respeito à liquidação de transferências e subsídios que transitaram do ano anterior bem como à fatura relativa ao acordo de mutação dominial da EN 109 e EN 109-9, no montante de 2.052.000 euros.
- *Credores por transferências e subsídios concedidos*: no final do exercício são efetuados os movimentos relativos ao apuramento do valor entre os subsídios deliberados e não pagos. No decurso do período em análise, os Serviços procederam à respetiva de regularização.
- *Outras contas a receber*: a diminuição resulta das regularizações de acréscimos de rendimentos relativas aos impostos municipais (IMI, Derrama e outros), efetuadas no período.
- *Diferimentos – gastos a reconhecer*: a variação refere-se à regularização dos gastos registados.
- *Propriedades de investimento*: Reclassificação da conta patrimonial de vários bens (indevidamente classificados em Ativos Fixos Tangíveis e reclassificados para Propriedades de investimento, no montante de 540.599 euros e amortizações acumuladas de 26.806 euros.
- *Investimentos em curso - Ativos fixos tangíveis*: registo de faturas de empreitadas em curso, destacando as seguintes:
 - i. Construção do parque empresarial de Monte Redondo, no montante de 945.479 euros;
 - ii. Atualização do projeto de execução da Rua Dr. José Alves Correia da Silva, no montante total de 343.868 euros;
 - iii. Construção do Pavilhão e Centro Escolar dos Marrazes, no montante total de 1.726.176 euros;
 - iv. Elaboração de projetos de requalificação na Rua de Leiria - Monte Real, no montante total de 217.722 euros;
 - v. Execução de projetos de especialidades para o sistema viário da Av.^a Nossa Sr.^a de Fátima e a Av.^a General Humberto Delgado - "PEDU", no montante total de 871.173 euros;
 - vi. Requalificação da Rua Nossa Senhora da Piedade - União de Freguesias de Colmeias e Memória, no montante total de 472.327 euros
 - vii. Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria - União de Freguesias de Leiria, no montante total de 261.424 euros

- viii. Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no concelho de Leiria, no montante total de 396.201 euros
- ix. Atualização do projeto de execução: ITI arranjos exteriores da área envolvente ao Castelo e principais acessos (Largo de São Pedro), no montante total de 379.936 euros.
- *Investimentos em curso - Propriedades de investimento*: inclui o registo de faturas de empreitadas em curso do projeto T-20/2017 - Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, no montante de 392.897 euros.
 - *Reservas*: a variação ocorrida inclui a reclassificação dos movimentos relacionados com a *Leiriapolis*, no montante de 12.487.727 euros, entre as contas *Reservas* e *Outras variações no Património Líquido*, e a aplicação do Resultado Líquido de 2021.
 - *Resultados transitados*: O aumento desta rubrica refere-se maioritariamente à transferência de resultados líquidos de 2021, no montante de 9.884.901 euros.
 - *Outras variações no Património Líquido*: a variação resulta fundamentalmente da reclassificação dos movimentos da *Leiriapolis*, no montante de 12.487.727 euros, do registo dos subsídios/transferências ao investimento, sendo as de maior relevo: n.º3 do artigo 35 LEI 73/2013 (da DGAL), no montante de 1.004.214 euros; FEDER, no montante de 950.997 euros; FEF de capital (da DGAL), no montante de 593.322 euros e ainda do registo da imputação de subsídios e transferências para investimentos para rendimento do período.

A.3. ANÁLISE DE RÁCIOS

Indicadores financeiros	30/06/2022	31/12/2021	Variação %
Liquidez geral (Act. corrente/ Pass. corrente)	8,34	6,45	29,41%
Autonomia financeira (Patrim. Líquido/Ativo)	93%	92%	1,08%
Solvabilidade (Patrim Líquido/Passivo)	13,49	11,67	15,59%

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os rácios da Entidade apresentam uma melhoria, face a 31 de dezembro de 2021.

B. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de junho de 2022, está naturalmente condicionada pelo facto de a previsão orçamental ser efetuada numa perspetiva anual. Assim, a análise da execução orçamental deve ter em conta que nem todas as despesas e receitas são lineares ao longo do ano, havendo algumas que se realizam no todo ou em maior parte num ou noutro semestre do ano.

B.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 43.948.508 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 32,84%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa						
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	%	Compromissos assumidos	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	26 791 094	20,02%	23 895 219	10 661 091	39,79%
D2	Aquisição de bens e serviços	37 391 371	27,94%	27 482 099	13 624 348	36,44%
D3	Juros e outros encargos	913 795	0,68%	899 621	275 628	30,16%
D4	Transferências correntes	12 107 899	9,05%	7 691 382	3 773 842	31,17%
D5	Outras despesas correntes	2 230 787	1,67%	1 410 324	739 896	33,17%
	Total das Despesas Correntes	79 434 946	59,36%	61 378 644	29 074 805	36,60%
D6	Aquisição de bens de capital	37 531 708	28,05%	28 272 368	11 102 228	29,58%
D7	Transferência e subsídios de capital	13 272 996	9,92%	12 035 737	2 681 658	20,20%
D8	Outras despesas de capital	0	0,00%	0	0	0,00%
D9	Despesa com ativos financeiros	144 010	0,11%	143 960	0	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	3 440 922	2,57%	3 440 922	1 089 817	31,67%
	Total das Despesas de Capital	54 389 636	40,64%	43 892 987	14 873 704	27,35%
	Total	133 824 582	100,00%	105 271 631	43 948 508	32,84%

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação. A despesa do *Município* será melhor analisada na ótica de gastos, uma vez que o registo da mesma é independente da capacidade de pagamento.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao primeiro semestre de 2022, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Aquisição de bens e Serviços* (27,94%) e as *Despesas com Pessoal* (20,02%). De referir que a rubrica *Despesas com Pessoal* apresenta uma baixa taxa de execução que se deve ao facto de no montante global estar a ser considerada a classificação económica relativa ao recrutamento no montante de 1.368.284 euros, onde por imposição legal foram afetadas as verbas relativas aos encargos com o recrutamento dos titulares dos cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau, cujos procedimentos se encontram em curso.
- A rubrica *Aquisições de bens de capital*, apresenta um grau de execução reduzido, situação que de acordo com os Serviços se deve maioritariamente à falta de materiais e de mão de obra sentida por parte dos empreiteiros.

De referir ainda que, no primeiro semestre de 2022, as despesas comprometidas totalizavam 105.271.631 euros correspondentes a 78,66% do orçamento de despesa, enquanto que no primeiro semestre de 2021 era de 75,40%.

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	79 434 946	61 378 644	18 056 302	30 912 835
Total da Despesa de Capital	54 389 636	43 892 987	10 496 649	28 951 998
Total	133 824 582	105 271 631	28 552 951	59 864 834

*Dotação orçamental não comprometida (diferença entre as Dotações corrigidas e os Compromissos assumidos)

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelo *Município*, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 30 de junho representa cerca de 56,87% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 28.552.951 euros e representa 21,34% do valor total orçamentado.

B.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 87.950.936 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 65,72%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:

Controlo Orçamental da Receita						
Código	Descrição	Previsões corrigidas	%	Receitas Liquidadas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
R1	Receita fiscal	35 805 000	26,76%	16 435 987	16 053 319	44,84%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0,00%	0	0	0,00%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	4 621 800	3,45%	1 956 103	1 999 456	43,26%
R4	Rendimentos de propriedade	3 640 700	2,72%	1 622 966	2 395 956	65,81%
R5	Transferências e subsídios correntes	34 075 490	25,46%	19 125 294	19 676 972	57,75%
R6	Venda de bens e serviços	5 627 400	4,21%	3 276 847	3 410 842	60,61%
R7	Outras receitas correntes	130 200	0,10%	95 941	90 617	69,60%
	Total das Receitas Correntes	83 900 590	62,69%	42 513 137	43 627 162	52,00%
R8	Venda de bens de investimento	68 600	0,05%	0	0	0,00%
R9	Transferências e subsídios de capital	9 014 603	6,74%	2 584 814	3 447 885	38,25%
R10	Outras receitas de capital	3 000	0,00%	0	0	0,00%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	130 000	0,10%	216 103	170 100	130,85%
R12	Ativos financeiros	2 000	0,00%	0	0	0,00%
R13	Passivos financeiros	0	0,00%	0	0	0,00%
	Total das Receitas Capital	9 218 203	6,89%	2 800 917	3 617 985	39,25%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	40 705 789	30,42%	40 705 789	40 705 789	100,00%
	Total	133 824 582	100,00%	86 019 843	87 950 936	65,72%

Em termos de execução da receita, verifica-se que foram liquidadas no primeiro semestre de 2022, 87.950.936 euros (84.859.141 euros no primeiro semestre de 2021) correspondentes a 65,72% do orçamento de receita (62,69% no primeiro semestre de 2021).

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- As Receitas Correntes registaram um grau de execução de 52,00% (45,66% em 2021), tendo contribuído em particular para o efeito, a rubrica de *Transferências e Subsídios Correntes* (57,75%). Salienta-se que relativamente à rubrica *Vendas de bens e serviços*, o grau de execução apresentado decorre do regresso à normalidade das atividades promovidas pelo *Município* e ao retorno à normalidade de mercados e feiras, piscinas e outros espaços culturais e desportivos do *Município*.

- As Receitas de Capital, registaram, no fim do período em análise, um grau de execução de 39,25% (33,30% em 2021), contribuindo principalmente para isso, a baixa percentagem de execução das Transferências e subsídios de capital de 38,25%, relacionada com o grau de execução de obras, em que são vários os fatores que contribuem, sendo de destacar a escassez de alguns bens essenciais à sua execução, bem como a escassez de mão de obra.

B.3. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Execução do Plano Plurianual de Investimentos							
Objetivo	Descrição	Montante previsto	%	Montante previsto para o ano	%	Montante executado no ano	Execução Financeira anual
	<i>Funções gerais</i>						
111	Administração geral	26 900 647	15,66%	5 767 484	10,60%	1 300 103	22,54%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	4 037 196	2,35%	907 745	1,67%	163 471	18,01%
	<i>Funções sociais</i>						
211	Ensino não superior	9 552 213	5,56%	4 390 213	8,07%	1 826 741	41,61%
212	Serviços auxiliares de ensino	250 000	0,15%	50 000	0,09%	12 336	24,67%
213	Bibliotecas e Arquivo Histórico	676 000	0,39%	76 000	0,14%	25 300	33,29%
221	Serviços individuais de saúde	3 994 796	2,33%	2 875 796	5,29%	584 620	20,33%
232	Ação social	2 861 000	1,67%	1 100 000	2,02%	247 269	22,48%
241	Habitação	6 311 000	3,67%	71 000	0,13%	0	0,00%
242	Ordenamento do território	5 506 097	3,21%	1 373 097	2,52%	180 848	13,17%
245	Resíduos sólidos	912 000	0,53%	352 000	0,65%	0	0,00%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	2 610 289	1,52%	790 289	1,45%	64 036	8,10%
251	Cultura	11 648 992	6,78%	4 779 530	8,79%	672 837	14,08%
252	Desporto, recreio e lazer	7 529 955	4,38%	2 144 955	3,94%	366 086	17,07%
	<i>Funções económicas</i>						
321	Indústria	3 148 900	1,83%	1 157 900	2,13%	1 018 735	87,98%
322	Energia	2 023 400	1,18%	121 400	0,22%	21 180	17,45%
331	Transportes rodoviários	24 878 402	14,48%	14 328 402	26,34%	4 629 436	32,31%
341	Mercados e feiras	2 887 579	1,68%	1 020 579	1,88%	598 236	58,62%
342	Turismo	244 400	0,14%	64 400	0,12%	11 956	18,56%
351	Parques Logísticos	101 000	0,06%	100 000	0,18%	0	0,00%
352	Instrumentos estratégicos	33 500	0,02%	3 500	0,01%	0	0,00%
	<i>Outras funções</i>						
411	Instituições de crédito	17 212 922	10,02%	3 440 922	6,33%	1 089 817	31,67%
421	Administração Autárquica	38 160 028	22,22%	9 329 275	17,15%	1 996 466	21,40%
422	Associações de Municípios	294 000	0,17%	144 000	0,26%	64 231	44,61%
423	Administração Central	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Total	171 774 315	100,00%	54 388 486	100,00%	14 873 704	27,35%

O grau de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta, em 30 de junho de 2022, uma taxa de 27,35%. Os programas com maior impacto (com valores orçamentados superiores a 1,5 milhões de euros: 111, 211, 221, 251, 252, 331, 411 e 421 que no seu conjunto representam cerca de 86,52% do orçamento do PPI para 2022, (27,39% do PPI global) apresentam uma taxa de execução de 22,92%.

B.4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais o *Município* apresenta um *Superavit* orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	133 824 581,57	87 950 935,97	65,72%
Total das Despesas orçamentais	133 824 581,57	43 948 508,02	32,84%
Superavit orçamental geral	0,00	44 002 427,95	

Durante o primeiro semestre o *Município* apresenta as seguintes modificações orçamentais:

- Orçamento da despesa: sete alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Orçamento da receita: uma alteração orçamental e uma revisão orçamental;
- Plano de atividades municipais: sete alterações orçamentais e uma revisão orçamental;
- Plano plurianual de investimentos: sete alterações orçamentais e uma revisão orçamental.

O saldo da gerência anterior foi ainda integrado no Orçamento.

B.5. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	30/06/2022	30/06/2021	Varição %
Grau de Execução Orçamental da receita	66%	62%	5,91%
Grau de Execução Orçamental da despesa	33%	29%	11,32%
Saldo global	2 557 441	1 116 727	129,01%
Saldo corrente	14 552 357	9 449 598	54,00%
Saldo de capital	-10 336 001	-8 349 797	23,79%
Saldo primário	4 662 084	1 427 903	226,50%

De forma genérica, comparativamente ao primeiro semestre de 2021, verifica-se uma melhoria nos indicadores orçamentais.

C. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo as entidades incluídas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 30 de junho de 2022 o município cumpria o referido limite.

D. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O *Município*, enquanto Entidade adjudicante ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos (CCP), está obrigado ao cumprimento do Código em matéria de contratação pública, designadamente, na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas e obras públicas.

Procedemos à análise duma amostra de procedimentos de contratação adjudicados no exercício. Desta análise nada temos a referir.

E. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina (artigo 9º) a existência de um sistema de controlo interno que deve *“englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.”*

Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, sendo recomendável a atualização do SCI da Entidade, em conformidade com as disposições em vigor.

O sistema de controlo interno da Entidade deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e branqueamento de capitais.

Decorrente do trabalho efetuado verificámos que o manual de controlo interno deverá ser revisto e atualizado por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

Ainda nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, deve a Entidade adotar e implementar um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

Recomenda-se ainda que seja implementado um processo de monitorização com a apresentação de um plano de auditoria, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno da Entidade.

F. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos.

Não obstante o facto de a Entidade apresentar algumas divulgações, verificamos que não foram incluídas no relatório de gestão de 2021 as divulgações sugeridas nos pontos 34 e 37 da referida norma.

Nestas circunstâncias, recomendamos que seja complementado o atual sistema de contabilidade de gestão, conforme preconizado na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

G. ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EVIDENCIADAS NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Tendo como base o trabalho de auditoria realizado às contas do primeiro semestre de 2022 do *Município*, apresentamos resumidamente as conclusões relativas ao acompanhamento das situações apresentadas na Certificação Legal das Contas referente ao ano de 2021:

Reservas	Situação em 2022
<p>1. Conforme mencionado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, não foi ainda terminado o levantamento dos bens de domínio público e privado e de ativos fixos tangíveis em curso do Município de Leiria, bem como imóveis cedidos, não sendo por isso possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente nestas rubricas, incluindo-se os das depreciações do exercício e das acumuladas, bem como da parcela de subsídios ao investimento que seria imputada aos resultados caso fossem praticadas as correspondentes depreciações.</p>	<p>Fomos informados pelos Serviços que se encontra em curso a validação técnica por parte do DEFJ ao relatório preliminar "Avaliação Patrimonial. Valor Razoável e Vidas Úteis Remanescentes de Bens Imóveis do Domínio Público (Rede Viária), Localizados em Leiria, Portugal", datado de 25-08-2022 apresentado pela entidade independente, para posterior remessa à reunião de Câmara para aprovação, para ulterior o início dos registos contabilísticos.</p>
<p>2. Conforme referido nas notas 1 e 4 do anexo, a Entidade identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 - Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais a Entidade não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP5 - Ativos Fixos Tangíveis. Assim, nas atuais circunstâncias, não estamos em condições de concluir sobre o eventual impacto que esta matéria possa vir a originar nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Os Serviços encontram-se a diligenciar no sentido de obter as informações necessárias para o cumprimento das exigências da NCP4.</p>
<p>3. A Entidade registou na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, o montante de cerca de 4.088.420 euros relativo a acordos e contratos interadministrativos, os quais deveriam ter sido registados na rubrica Transferências e Subsídios Concedidos.</p>	<p>Os Serviços estão a analisar os registos efetuados por forma a garantir o adequado enquadramento dos mesmos.</p>

Entendemos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

H. RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património dos bens do imobilizado do Município e ao seu correto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais atualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser atualizadas as depreciações de todos os bens e respetivas imputações de subsídios;
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente;
- Deve ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 – Contabilidade de Gestão;
- Deverá ser revisto e atualizado o manual de controlo interno por forma a fazer face às necessidades atuais da Entidade, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção;
- Deve a Entidade adotar e implementar um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do *Município*, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 1 de setembro de 2022

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

[Assinatura
Qualificada] Joaquim
Oliveira de Jesus

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada] Joaquim
Oliveira de Jesus
Dados: 2022.09.01 18:22:26 +01'00'

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056,
Registado na CMVM sob o nº 20160668